



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

**PROCESSO LICITATÓRIO N ° 028/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO N° 07/2026**

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES-MG, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede Administrativa na Praça Vicente de Paula, 300, Bairro Centro, São João das Missões - MG, inscrito no CNPJ sob o N° 01.612.486/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Jair Cavalcante Barbosa, por intermédio do Pregoeiro, designados pela **Portaria Municipal nº 368/2026**, torna público a realização do **Pregão eletrônico de nº. 07/2026** que tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES E SUAS SECRETARIAS**, de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos neste Edital, objetivando obter a Melhor Proposta, observadas os discriminados a seguir:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:	Início às 08h30min do dia 15/04/2026 até às 08h59min do dia 05/05/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:	Às 09h00min do dia 05/05/2026.
REFERÊNCIA DE TEMPO:	Horário de Brasília (DF).
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	<a href="https://licitanet.com.br/">https://licitanet.com.br/</a>
MODO DE DISPUTA:	ABERTO
TIPO:	MENOR PREÇO POR ITEM

WhatsApp para suporte na plataforma Licitanet é (34) 3014-6633.  
Ligações para suporte ao Fornecedor na plataforma Licitanet é (34) 2512-6500 Opção 2

#### ESCLARECIMENTOS:

Diretamente pela plataforma de licitações – <https://licitanet.com.br/> > edital PE 07/2026 > esclarecimentos.



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

## 1 – PREÂMBULO

**1.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES-MG**, por intermédio da Divisão de Compras e Licitações, realizará a Licitação na **Modalidade Pregão Eletrônico**, em sessão pública a ser realizada na **Plataforma de Licitações LICITANET (<https://licitanet.com.br/>)** a qual, conforme especificado no **ANEXO I** deste edital.

**1.2** - Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro oficial, designado **Portaria Municipal nº 368/2026** e pela Equipe de Apoio, anexado aos autos do procedimento e regido pelas **Leis nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123/06**, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

**1.3** - O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de São João das Missões através do endereço eletrônico <https://saojoaodasmissoes.mg.gov.br/site/> na Plataforma de Licitações Licitanet, através do endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/> e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de São João das Missões, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

**1.4** - Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretendentes licitantes no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>, bem como, no site da Prefeitura Municipal <https://saojoaodasmissoes.mg.gov.br/site/>.

**1.5** - A Administração não se responsabilizará caso o pretense licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no Site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

## 2- OBJETO

**2.1.** Constitui objeto da presente licitação: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES E SUAS SECRETARIAS**, conforme especificações constantes no anexo I deste Edital.

## 3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

**3.1** – Poderão participar do processo os contidas neste edital e seus Anexos interessados estabelecidos no País, que atendam a todas as exigências e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto pretendido.

**3.2** – Não poderão participar do presente certame a empresa:

**3.2.1** – Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;

**3.2.2** – Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

**3.2.3** – Empresa impedida de licitar e contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;

**3.2.4** – Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998;

**3.2.5** – Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992;

**3.2.6** - Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, da Lei n.º 14.133/2021;

**3.2.6.1** - Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

**3.2.7** – Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

**3.2.8** - Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

**3.2.9** - Empresa que se encontre em processo de dissolução ou falência;

**3.2.10** - Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

**3.3** – Os licitantes deverão estar previamente cadastrados na plataforma de licitações, o qual poderá ser realizado em <https://licitanet.com.br/>.

**3.4** - A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

## 4. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

**4.1** - Até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório deste Pregão, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site <https://licitanet.com.br/>, no local específico dentro do processo licitatório em análise - cabendo ao PREGOEIRO decidir sobre a petição no prazo de **02 (dois) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.**

**4.1.1** - Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do Certame.

**4.2** - Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o **terceiro dia útil** que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

4.3 - A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do Certame.

## 5 – DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

5.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

5.2 - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da Licitanet (<https://licitanet.com.br/>).

5.3 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de São João das Missões, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

5.4 - O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.5 - A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

5.6 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

## 6 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 - A partir do horário previsto no Edital e na Plataforma Eletrônica, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o (a) pregoeiro (a) a avaliar a aceitabilidade das propostas.

6.2. Classificadas as propostas, o pregoeiro (a) dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital.

6.4. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados à Plataforma Eletrônica para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.5. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.6. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.7. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. A plataforma não identificará o autor dos lances aos demais participantes e nem ao (a) pregoeiro (a) e Equipe de Apoio.

6.8. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o (a) pregoeiro (a) no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.9. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa: aberto – os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

6.11. No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.13. Na hipótese de não haver novos lances na forma acima, a etapa de lances será encerrada automaticamente.

6.14. Encerrados os lances sem prorrogação automática pelo sistema, o (a) pregoeiro (a) poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.15. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o (a) pregoeiro (a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

6.16. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

**6.17.** Encerrada a etapa de negociação, o (a) pregoeiro (a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

**6.17.1.** A negociação também poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração, de acordo com o artigo 61, parágrafo 2º, da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**6.18.** A plataforma informará a proposta de menor valor do item imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo (a) Pregoeiro (a) acerca da aceitação do lance. O Pregoeiro irá abrir o prazo de 10 (dez) minutos para manifestação de intenção de interposição de recurso.

**6.19.** Após o encerramento do julgamento das propostas, o Pregoeiro abrirá o prazo de 02 (duas) horas para a apresentação dos documentos de habilitação.

**6.20.** Os documentos de habilitação referidos no item anterior somente serão exigidos para o licitante mais bem colocado, de acordo com inciso II do art. 63 da Lei 14.133/21.

**6.21.** Após a conferência e consulta "ON-LINE" no Campo HABILITANET no sistema, e se os documentos comprobatórios de habilitação estiverem de acordo com o solicitado, será declarado o (s) licitante (s) vencedor (es) do (s) item (ens) e aberto o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso. Sendo que nesse momento ficará franqueada a todos os licitantes a consulta dos documentos cadastrados no HABILITANET do (s) licitante (s) vencedor (es) do(s) item(ns).

**6.22.** Se a proposta ou o lance do item de menor oferta não for aceitável, por inexecuibilidade, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda o Edital. Também nessa etapa o (a) pregoeiro (a) poderá negociar com o participante para que seja obtido valor melhor.

**6.23.** A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

**6.24.** Constatando o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o objeto será adjudicado aos (s) autor (es) da (s) proposta (s) ou lance de menor valor do item.

**6.25.** O (a) pregoeiro (a) poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto nas legislações vigentes.

**6.26.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligência, com vistas ao saneamento de que trata o item 4.25, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

## **6.27. DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**a)** O enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, cujas definições do que sejam micro e empresa de pequeno porte encontram-se expressas no art. 3º.

**b)** As MPEs vencedoras do certame que possuírem alguma restrição com relação a comprovação de regularidade fiscal terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por mais 05 (cinco) dias, contados a partir dessa declaração, para regularização dessa situação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**c)** A não regularização da documentação da MPE vencedora no prazo previsto no item anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

**d)** No caso da não regularização da documentação serão convocados pelo Município os licitantes remanescentes na ordem de classificação para assinatura do contrato.

## **7 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**7.1** - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**7.1.1** - Valor unitário e total do lote e seus itens;

**7.1.2** - Marca dos produtos ofertados.

**7.1.3** - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.

**7.2** - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

**7.3** - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

- 7.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.5 - O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 7.6 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 7.7 - No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma do pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

## 8 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**Após o encerramento do julgamento das propostas, o Pregoeiro abrirá o prazo de 02 (duas) horas para a apresentação dos documentos de habilitação.**

8.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação serão aqueles necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 8.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Ato constitutivo. Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente Registrado ou Inscrito.
- b) Em se tratando de Microempreendedor individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;
- c) Documento de Identidade e CPF dos sócios da empresa

### 8.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.2.1 (Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

### 8.3 - DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica, através do cartão do **CNPJ**, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;
- b) prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;
- c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;
- d) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, Cartão de Inscrição Estadual, (se houver);
- e) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- f) prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

### 8.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

8.4.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, na forma do § 3º do art. 88 da Lei 14.333/21.

**8.4.2 Informativo, catálogos, cartilha ou qualquer outro documento, em língua portuguesa, que demonstre especificações técnicas e instruções de uso do produto, privilegiando o direito à informação no processo licitatório.**

**Nota 01** - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**Nota 02** - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

**Nota 03** – Será aplicado no presente edital o entendimento adotado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), no Acórdão nº 1211/2021:

“Acórdão 1211/2021 Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Documento novo. Vedação. Definição. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro”.

## 9 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

**9.1** - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**9.2** - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico.

**9.3** - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**9.4** - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**9.5** - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**9.6** - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**9.7** - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**9.8** - O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo.

**9.9** - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**9.10** - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**9.11** - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

**9.12** - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**9.13** - **A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.**

**9.14** - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**9.15** - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**9.16** - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**9.17** - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

**9.18** - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

- 9.19** - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.20** - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.21** - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.22** - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.23** - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 3 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.24** - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.25** - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.26** - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 9.27** - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/21, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
- 9.28** - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 9.29** - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 9.29.1** - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.29.2** - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 9.29.3** - empresas brasileiras;
- 9.29.4** - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 9.29.5** - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 9.30** - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 9.31** - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 9.32** - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.33** – Quando houver apenas um item por lote, o sistema ao final da sessão de disputa automaticamente atualizará a proposta do fornecedor pelo melhor lance ofertado. No entanto quando se tratar de mais de um item por lote o Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie, através do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 9.34** - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **10 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 10.1** - Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 10.2** - O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.
- 10.3** - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 10.4** - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

**10.5** - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

**10.6** - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

**10.7** - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

**10.8** - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

**10.9** - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**10.9.1** - Se tratando de Lote, a desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o lote.

**10.10** - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**10.11** - O Pregoeiro deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**10.12** - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**10.13** - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo “chat”.

## 11 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

**11.1** - Para julgamento, será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observados o valor máximo aceitável, os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.

**11.2** - O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor/ maior vantajosidade imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor/ mais vantajoso.

**11.3** - Se a proposta de menor valor/menor vantajosidade não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro poderá examinar a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

**11.4** - No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

**11.5** - Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

**11.6** - Serão rejeitadas as propostas que:

**11.6.1** - Sejam incompletas, isto é, não conterem informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;

**11.6.2** - Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão do Pregoeiro.

**11.7** - Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a aquisição do bem.

**11.7.1** - Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

**11.8** - Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

**11.9** - Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou idoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

## 12 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL)

**12.1** – Deverá o(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es), atualizar **NO PRAZO MÁXIMO DE 02 (DUAS) HORAS**, a Proposta Final adequada, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, e a proposta final deverá:



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

- 12.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo licitante ou seu representante legal;
- 12.1.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;
- 12.1.3 A proposta final será documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso;
- 12.1.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como, validade da proposta, marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada;
- 12.1.5 Conter o valor final dos itens vencedores que deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso;

## 13 - DO RECURSO

- 13.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 13.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
  - 13.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 13.3.2 Será concedido na sessão pública o prazo de **10 (dez) minutos** para que qualquer licitante manifeste de forma imediata e motivadamente sua intenção de recorrer após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema; ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor;
  - 13.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
  - 13.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 13.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 13.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 13.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da divulgação eletrônica da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

## 14 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 14.1 - O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 14.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## 15 - DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO PREGÃO

- 15.1. O resultado final do PREGÃO será publicado no Diário Oficial do Município de São João das Missões e no site <https://saojoaodasmissoes.mg.gov.br/site/> esta de responsabilidade do Município.

## 16.DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO DE RESERVA

16.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (CINCO) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

16.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

16.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no Diário Eletrônico do Município e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

16.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

16.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

16.7.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

16.7.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

16.8 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

1.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

1.1.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

16.9 A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

16.9.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

16.9.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

16.10 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

16.10.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

16.10.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 17 – DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 – Homologada a licitação o contratado receberá autorização de fornecimento ou instrumento equivalente.

17.2 – Caso o contratado não preste o serviço ou forneça o(s) bem(s), objeto do certame, de acordo com a sua proposta, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para execução do serviço.

17.3 - É facultado ao **PREGOEIRO** ou a **AUTORIDADE COMPETENTE**, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

17.4 – Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para execução dos serviços, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

17.5 – Uma vez convocado, a recusa injustificada do contratado em prestar os serviços, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas

17.6 – Na hipótese acima referida será convocado novo contratado, observada a ordem de classificação nesta licitação.



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

17.7 – Constituem motivos para rescisão do contrato ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pela Lei 14.133/21, nos artigos 137 a 139.

17.8 – A **AUTORIDADE COMPETENTE** poderá nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme estabelecido no art. 125.

17.9 – Será dada vista aos proponentes interessados tanto nas propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.

17.10 - A contratação dos itens requisitados para cada evento deverá ser precedida da requisição específica não ficando necessariamente obrigado o **CONTRATANTE** a contratar todos os itens constantes no contrato, devendo o mesmo ser fornecido de forma fracionada ao mesmo.

17.11 - É vedado à **contratada** subcontratar total ou parcialmente o fornecimento sem autorização expressa da Administração.

17.12 - A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

17.13 - O **PREGOEIRO**, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

17.14 – É vedado ao **fornecedor** retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

17.15 - Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente Licitação serão prestadas pelo **PREGOEIRO** de forma exclusiva pela plataforma de licitações Licitanet (<https://licitanet.com.br/>).

17.16 - Integram o Presente Edital:

a) **Anexo I** – Termo de Referência, em anexo o Estudo técnico preliminar (ETP);

b) **Anexo II**-Minuta da Ata de Registro de Preços

c) **Anexo III** - Minuta do Contrato;

17.17- Interessados poderão adquirir cópia do Edital somente via download do arquivo através do Portal Eletrônico <https://licitanet.com.br/> ou (**endereço eletrônico do ente público** <https://saojoaodasmissoes.mg.gov.br/site/>).

17.18 - O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

17.19 - No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

17.20 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.21 - Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo, conforme faculta o Art. 59, § 2º c/c art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

17.22 - É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e no Código Penal Brasileiro.

17.23 - O **CONTRATANTE** reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como prorrogar o prazo para recebimento das propostas e/ou sessão de lances, desqualificar qualquer licitante ou desclassificar qualquer proposta, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.

17.24 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.25 – O Instrumento Convocatório é parte integrante do Contrato.

São João das Missões-MG, 08 de abril de 2026.

Ivone Alves Ferreira  
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Jair Cavalcante Barbosa



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

Prefeito Municipal



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES E SUAS SECRETARIAS.**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND
1	ARMÁRIO AÉREO PAREDE EM AÇO. COR A DEFINIR 3 (TRÊS) PORTAS COM CHAVE MEDIDAS (AXLXP) 0,55X1,20X0,30M. O ITEM DEVERÁ SER FORNECIDO MONTADO, NÃO SENDO ACEITA A ENTREGA DESMONTADA OU EM PARTES. A MONTAGEM SERÁ DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA, SEM ÔNUS ADICIONAL PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.	18	UND
2	ARMÁRIO BALCÃO MULTIUSO COM RODÍZIOS, CONFECCIONADO EM MDF DE ALTA RESISTÊNCIA, COM REVESTIMENTO MELAMÍNICO, GARANTINDO DURABILIDADE, RESISTÊNCIA E FACILIDADE DE LIMPEZA, ADEQUADO PARA AMBIENTES ADMINISTRATIVOS E DE SAÚDE. COM DOMENSÕES MÍNIMAS DE • PROFUNDIDADE 45 CM. • ALTURA 93 CM. • LARGURA 75 CM. • 01 PRATELEIRA E 01 GAVETA NO MÍNIMO • 02 PORTAS • MATERIAL EM MDF • COM RODINHAS OU PÉS COM ALTURA MÍNIMA DE 07CM E MATERIAL RESISTENTE À AGUA- COR DE ACORDO ESCOLHA LICITANTE SENDO OFF WHITE, CINZA OU CINAMOMO. O ITEM DEVERÁ SER FORNECIDO MONTADO, NÃO SENDO ACEITA A ENTREGA DESMONTADA OU EM PARTES. A MONTAGEM SERÁ DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA, SEM ÔNUS ADICIONAL PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.	30	UND
3	ARMÁRIO BAIXO ESCRITÓRIO - SUSPENSO, MODULAR, MEDINDO 1150X600X770MM, COM 02 PORTAS DE ABRIR. 100% CONFECCIONADO EM CHAPA DE FIBRA DE MADEIRA DE MÉDIA DENSIDADE (MDP), AGLUTINADAS COM RESINA SINTÉTICA TERMOFIXA, QUE SE CONSOLIDAM SOB AÇÃO CONJUNTA DE CALOR E PRESSÃO RESULTANDO NUMA CHAPA MACIÇA, COM SUPERFÍCIES LISAS, COM REVESTIMENTO EM BP NO PADRÃO DE COR A DEFINIR. ESTRUTURADO COM AS LATERAIS E PORTAS COM ESPESSURA DE 15 MM, PORTAS CONFECCIONADAS NO MESMO PADRÃO DO MÓVEL, DOBRADIÇAS PERMITINDO ABERTURA EM 90°. 01 PRATELEIRA INTERNA EM TODA SUA EXTENSÃO, CONFECCIONADA NO MESMO PADRÃO DO MÓVEL, REVESTIDO NA FACE INTERNA NO PADRÃO DE COR A DEFINIR. PÉS CONFECCIONADOS EM POLIPROPILENO BRANCO COM SAPATA NIVELADORA DE PISO. O ITEM DEVERÁ SER FORNECIDO MONTADO, NÃO SENDO ACEITA A ENTREGA DESMONTADA OU EM PARTES. A MONTAGEM SERÁ DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA, SEM ÔNUS ADICIONAL PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.	20	UN
4	ARMÁRIO DE AÇO COM 02 PORTAS DE ABRIR E FECHADURA EM CHAPA 26, 04 QUATRO PRATELEIRAS RESISTENTE A 20KG DISTRIBUÍDOS POR PRATELEIRA SENDO 03 TRÊS AJUSTÁVEIS NA CREMALHEIRA E 01 UMA FIXA.O ACABAMENTO EM SISTEMA DE PINTURA ELETROSTÁTICA A ALTA TEMPERATURA A PÓ EPOXI TAMBÉM GARANTE MAIOR DURABILIDADE DA COR E RESISTÊNCIA A FERRUGEM.	72	UN
5	ARMÁRIO SEMIABERTO - CONFECCIONADO EM MDP, SENDO TAMPO SUPERIOR DE 30 MM. E PORTA DE GIRO NA PARTE INFERIOR COM 15 MM DE ESPESSURA COM FECHADURA E CHAVE, LATERAIS, 02 PRATELEIRAS (UMA NA PARTE EXTERNA E OUTRA NA PARTE FECHADA) E BASE INFERIOR DE 15 MM DE ESPESSURA, MEDINDO 800 X 400 X 1.600 MM (L X P X A) RESPECTIVAMENTE. O ITEM DEVERÁ SER FORNECIDO MONTADO, NÃO SENDO ACEITA A ENTREGA DESMONTADA OU EM PARTES. A MONTAGEM SERÁ DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA, SEM ÔNUS ADICIONAL PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	20	UN
6	ARMÁRIO DE COZINHA AÇO COMPACTO 6 PORTAS. 2 GAVETAS COM TAMPO 105CM, SEMI. BRILHO, DIMENSÕES (A X L X P) CM 194 X 105 X 45, TIPO DE CORREDIÇA DA GAVETA CORREDIÇA TELESCÓPICA, TIPO DE DOBRADIÇA DA PORTA DOBRADIÇAS METÁLICAS 26MM TIPO DE PORTA CONVENCIONAL, ACABAMENTO PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, MATERIAL DO TAMPO 15MM REVESTIDO COM FÓRMICA NO PADRÃO, MATERIAL DA ESTRUTURA AÇO, MATERIAL DO PUXADOR ALUMÍNIO CROMADO, NÚMERO DE GAVETAS 2, NÚMERO DE PORTAS 6, NÚMERO DE	10	UN



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

	PRATELEIRAS 2, MATERIAL DOS PÉS PLÁSTICO PP REGULÁVEL, ALTURA (CM) 194, COR BRANCO, ALTURA DOS PÉS 17,9 CM, PESO MÁXIMO POR GAVETA 3KG		
7	ARMÁRIO ROUPEIRO AÇO. 8 PORTAS ACADEMIA GUARDA VOLUME CINZA CARACTERÍSTICAS. DO PRODUTO - QUANTIDADE DE PORTAS 08 - CHAPA DAS PRATELEIRAS 26 (0,45MM)- DIMENSÕES (ALP/CM) 198 X 70 X 40 - PINTURA ELETROSTÁTICA / EPÓXI - PESO SUPOSTADO 30KG POR COMPARTIMENTO.	20	UN
8	ARMÁRIO UTILITÁRIO 2 PORTAS 4 PRATELEIRAS 198X90X40 - MDF - BRANCO - COM CHAVE ARMÁRIO PARA SALA DE AULA, MEDINDO 198X90X40CM (AXLXP), CONSTRUÍDO TOTALMENTE EM FIBRA DE MÉDIA DENSIDADE (MDF) NA COR BEGE COM TABACO TAMPO SUPERIOR E INFERIOR DE 18MM, LATERAIS EM 18 MM, COM DUAS PORTAS DE 18 MM, 4 PRATELEIRAS INTERNAS DE 15 MM E FUNDO DE 15 MM, PUXADORES DE 96MM APROXIMADAMENTE, ALÇA CURVA, PRETO, CONFECCIONADOS EM PLÁSTICO RÍGIDO INJETADO DOBRADIÇA EM METAL CROMADO, TIPO CANECO DE 36 MM, COM REGULAGEM E ÂNGULO DE ABERTURA DE 92 GRAUS FECHADURA EM METAL CROMADO, COM TAMBOR DE 22 MM E ROTAÇÃO DE 180 GRAUS E DUAS CHAVES COM SEGREDO.	50	UN
9	ARQUIVO DE AÇO DESCRIÇÃO ARQUIVO DE AÇO REFORÇADO LONGO COM 4 GAVETAS PARA. PASTA SUSPensa - MICROESFERA &#61623 COR CINZA TEXTURIZADO &#61623 FECHAMENTO POR CHAVE &#61623 ESPESSURA CHAPA 24 (0,60MM) &#61623 PUXADOR DE PLÁSTICO POLIURETANO CINZA &#61623 MEDIDAS GAVETAS FRENTE 425MM X 290MM &#61623 MEDIDAS CORPO GAVETA ALTURA 73MM X LARGURA 380MM X PROFUNDIDADE 560MM &#61623 MEDIDAS ALTURA 1335MM X LARGURA 460MM X PROFUNDIDADE 705MM &#61623 GAVETAS QUE DESLIZAM SOBRE TRILHOS DE MICROESFERA DE AÇO &#61623 CADA GAVETA SUPORTA ATÉ 25 KG &#61623 PRODUTO COM FOSFATIZAÇÃO A FERRO E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ &#61623 ACOMPANHA PÉS REGULÁVEIS DE PLÁSTICO	88	UN
10	BEBÊ CONFORTO. CADEIRINHA PARA CRIANÇAS DE ATÉ 01 ANO BEBÊ CONFORTO CADEIRA TIPO BEBÊ CONFORTO PESO SUPOSTADO DE CRIANÇAS ATÉ 13 KG DEVERÁ POSSUIR SELO DE INSPEÇÃO DO INMETRO CINTO DE SEGURANÇA DE TRÊS PONTOS PROTETORES CONTRA IMPACTO DE CABEÇA E OMBROS, ESTRUTURA PLÁSTICA, FÁCIL INSTALAÇÃO LARGURA APROXIMADA DE 40,00 CM, ALTURA APROXIMADA DE 57,00 CM E PROFUNDIDADE DE 67,00 CM, PESO 2,90 KG. PREFERÊNCIA DE COR PREDOMINANTE ESCURA, EX PRETA. ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES	20	UN
11	BEBEDOURO DE AGUA COM GALÃO ACOPLADO. COM SISTEMA DE RESFRIAMENTO ELETRÔNICO DE COMPRESSÃO, BANDEJA REMOVÍVEL, COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE ALTURA 44CM/LARGURA 29CM/PROFUNDIDADE 37,8CM. COM OPÇÕES DE AGUA NATURAL/FRIA OU GELADA TIPO BEBEDOURO DE MESA TERMOSTATO REGULÁVEL DOIS ACIONADORES DE AGUA/110V	30	UN
12	BEBEDOURO DE ÁGUA INDUSTRIAL DE COLUNA. COM CAPACIDADE PARA 50 LITROS. CORPO E ESTRUTURA EM AÇO INOX 430 E PÉS REGULÁVEIS, SERPENTINA EM AÇO INOX 304 (INTERNA) RESERVATÓRIO EM POLIPROPILENO ATÓXICO ISOLAMENTO TÉRMICO EM PS BOIA CONTROLADORA DO NÍVEL DE ÁGUA TOMADA DE 3 PINOS CONFORME A NORMA DA ABNT/NBR/603351, CERTIFICADO PELO INMETRO BAIXO CONSUMO DE ENERGIA TERMOSTATO COM 7 NÍVEIS PARA CONTROLE DE TEMPERATURA GÁS ECOLÓGICO R134A REFRIGERAÇÃO POR COMPRESSOR QUE GARANTE MAIOR EFICIÊNCIA MOTOR 1/8+ 127V (2,5A) OU 220V (1,10A) 60HZ-280W TENSÃO/POTÊNCIA 110V OU 220V (NÃO É BIVOLT) ALTURA 135 CM LARGURA 55 CM PROFUNDIDADE 58 CM PESO 30KG	26	UN
13	BOMBA DE AR ELÉTRICA INFLÁVEL BIVOLT 12V ACOMPANHADO DE 3 BICOS DE DIFERENTES TAMANHOS PERMITINDO SEU USO EM VÁRIAS SITUAÇÕES, SENDO ADEQUADO PARA A MAIORIA DOS INFLÁVEIS COMO SOFÁS, BRINQUEDOS E COLCHÕES DE AR, BOIAS DE NATAÇÃO, PISCINAS OU BRINQUEDOS DE PRAIA. ELE ENCHE E ESVAZIA APENAS TROCANDO O FLUXO DE AR! FABRICADO EM PLÁSTICO ABS DE ALTA QUALIDADE E RESISTÊNCIA, COM DESIGN COMPACTO E LEVE (180G APROXIMADAMENTE) QUE FACILITA O TRANSPORTE E MANUSEIO, POSSUI UM ALTO DESEMPENHO GRAÇAS À SUA GRANDE PRESSÃO DE 0,52 PSI (3585 PA) E POTÊNCIA	8	UN



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

	DE 40W. PODE SER UTILIZADO EM TOMADAS DE 110V OU 220V OU NO ACENDEDOR VEICULAR DE 12V.		
14	REFRIGERADOR 2°C A 8°C, CAMARA FRIA VERTICAL, DE FORNATO NTERNO. E EXTERNO RETANGULAR, PARA USO CIENTIFICAMENTE COMPROVADO PARA ARMAZENAMENTO DE VACINAS, CAPACIDADE MINIMA 120 LITROS, REFRIGERADOR POR COMPRESSOR HERMÉTICO, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA COM CLASSIFICAÇÃO A, DEGELO SECO AUTOMÁTICO COM EVAPORAÇÃO, CAMARA INTERNA COM AÇO INOXIDÁVEL, 02 PRATELEIRAS/E OU GAVETAS DESLIZANTES EM AÇO INOXIDÁVEL, , PORTA DE VIDRO TRIPLA, ISOLAMENTO TÉRMICO DE NO MINIMO 70MMNAS PAREDES DE POLIURETANO, EQUIPADO COM 04 ROZIDIOS COM PRESENÇA DE FREIOS, COM DISPLAY LCD OU LED, PRESENÇA DE ILUMINAÇÃO INTERNA EM LED, COM SISTEMA VISUAL E SONORO, SISTEMA DE BATERIA PARA ACIONAMENTO NA FALTA DE NERGIA,COM CHAVE GERAL DE ENRGIA, EQUIPAMENTO 110V, COM REGISTRO NA ANVISA, COM SISTEMA DE EMERGENCIA PARA AUTONMIA DE NO MINIMO ATÉ 48HS NA FALTA DE ENREGIA-MANUAL EM PORTUGUES. A EMPRESA VENCEDORA SERÁ RESPONSÁVEL PELO FORNECIMENTO, TRANSPORTE, ENTREGA, INSTALAÇÃO COMPLETA NO LOCAL INDICADO PELA ADMINISTRAÇÃO, INCLUINDO TODOS OS MATERIAIS, ACESSÓRIOS E CONEXÕES NECESSÁRIOS AO PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO, BEM COMO PELA REALIZAÇÃO DE TESTES OPERACIONAIS E COMISSONAMENTO, COM VERIFICAÇÃO E COMPROVAÇÃO DO CORRETO FUNCIONAMENTO DA CÂMARA DE VACINA ANTES DE SUA LIBERAÇÃO PARA USO, SEM ÔNUS ADICIONAL PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.	15	UN
15	CONJUNTO DE SOFÁS 2 E 3 LUGARES, MATERIAL CORINO MARROM, A ESCOLHA. DO LICITANTE, SUPORTA ATÉ 12 KG PO ASSENTO, ESPUMA D33, BRAÇOS FIXOS, ENCOSTO FIXO, PÉS MADEIRA MAÇICA, DIMENSÕES MÍNIMAS DO MAIOR MÍNIMO DE 207 CM E MENOR DE NO MINMO 157 CM.	10	UN
16	BUFFET APARADOR RIPADO COM 4 PORTAS COM PÉS DE MDF MÍNIMO DE 180CM,. COR OFF WHITE E CEDRO, COM MEDIDAS MINIMAS DE 36P X 180L X 82A CENTÍMETROS. O ITEM DEVERÁ SER FORNECIDO MONTADO, NÃO SENDO ACEITA A ENTREGA DESMONTADA OU EM PARTES. A MONTAGEM SERÁ DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA, SEM ÔNUS ADICIONAL PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	10	UN
17	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA PORTÁTIL, ALTO-FALANTE TAMANHO MÍNIMO 8 POLEGADAS. ENTRADA/CONECTIVIDADE AUXILIAR, USB, BLUETOOTH, ENTRADA PARA MICROFONE (P10 OU XLR) BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL BIVOLT POTÊNCIA MÍNIMA 250W RMS ALÇA DE TRANSPORTE, COM RODINHAS PESO MÁXIMO 13KG	3	UN
18	APARADOR DE PORTA / BUFFET COM 1,20 LARGURA, COM PÉS EM AÇO NA COR DOURADO. OU COBRE, TAMPO EM MDF 15MM OFF WHITE, COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE DIMENSÕES DO PRODUTO ALTURA 76,5CM LARGURA 1,20CM PROFUNDIDADE 45CM	10	UN
19	CADEIRA MODELO PRESIDENTE ASSENTO E ENCOSTO EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE. BASE GIRATÓRIA, (PISTÃO) NYLON, INOX OU METAL, NA COR AÇO CROMADO OU PRETO COM BRAÇOS DE APOIO CROMADOS OU PRETOS COM APOIOS REVESTIDOS ENCOSTO MÉDIO MECANISMO DE AJUSTE ASSENTO E ENCOSTO COM ESPUMA INJETADA REVESTIMENTO EM CORINO COR PRETO RODINHAS DE NYLON OU SILICONE PESO MÍNIMO SUPORTADO120 KG	20	UN
20	CADEIRA FIXA CADEIRA SECRETÁRIA. FIXA 4 PÉS / ASSENTO E ENCOSTO REVESTIDO EM COURINE COM ESPUMA INJETADA GOMADA DE 8CM DENSIDADE45 / MEDINDO ASSENTO42X39CM / ENCOSTO36,5X27,5CM / ESTRUTURA EM TUBO AÇO 7/8 / PINTADO EM TINTA EPOXI A PÓ / ACABAMENTO EM PERFIL DE P.V.C O ITEM DEVERÁ SER FORNECIDO MONTADO, NÃO SENDO ACEITA A ENTREGA DESMONTADA OU EM PARTES. A MONTAGEM SERÁ DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA, SEM ÔNUS ADICIONAL PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	220	UN
21	CADEIRA FIXA. MATERIAL ASSENTO PLÁSTICO POLIPROPILENO, MATERIAL ENCOSTO PLÁSTICO POLIPROPILENO, ESTRUTURA EM TUBO AÇO, TIPO BASE FIXO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS EMPILHÁVEL, COR AZUL OU PRETA, MEDIDAS ALTURA	162	UN



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

	= 87 CM. COMPRIMENTO = 50 CM. LARGURA = 54 CM. PESO 4,5 KG. O ITEM DEVERÁ SER FORNECIDO MONTADO, NÃO SENDO ACEITA A ENTREGA DESMONTADA OU EM PARTES. A MONTAGEM SERÁ DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA, SEM ÔNUS ADICIONAL PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.		
22	CADEIRA DE ESCRITÓRIO. COM REVESTIMENTO EM COURINE, COM APOIO LOMBAR INDEPENDENTE REGULÁVEL NA ALTURA, ASSENTO ESTOFADO, ESPUMA COM DENSIDADE CONTROLADA (45 A 55 KGF/M3) POSSUI REGULAGEM DE PROFUNDIDADE, APOIO DE BRAÇOS 4 D, REGULÁVEL EM ALTURA, PROFUNDIDADE, ABERTURA E ÂNGULO, PARTE SUPERIOR EM SOFT TOUCH, MECANISMO, AJUSTE DE ALTURA DO ASSENTO, INCLINAÇÃO DO ENCOSTO COM 4 PONTOS DE PARADA, POSSUI MOVIMENTO RELAX, RODIZIO/RODINHAS COM 65 MM DE DIÂMETRO INDICANDO PARA QUALQUER TIPO DE PISO, REVESTIMENTO EM TELA DE ALTA PERFORMANCE E ASSENTO REVESTIDO EM POLIÉSTER CREPE, CORES TALA NA COR PRETA, ASSENTO NA COR PRETA, APOIO-BRAÇO NA COR PRETA E BASE CARBON GREY (GRAFITE), BASE PATA INJETADA EM RESINA TERMOPLÁSTICA DE ALTA RESISTÊNCIA E EXCELENTE QUALIDADE, ERGONOMIA CADEIRA ERGONÔMICA ATENDE TODOS O REQUISITOS NA NORMA REGULAMENTADORA/NR17 SUPORTE DE PESO 136 KG, ERGONOMIA, CADEIRA POSSUI CERTIFICAÇÃO PELA NORMA NBR 13962-2018 EMITIDO PELA CERTIFICADORA UL BRASIL, GARANTIA 1 ANO.	50	UN
23	CADEIRA PARA OBESO PLUS SIZE COM BRAÇO REFORÇADA ATÉ 170 KG ANATÔMICA. O REVESTIMENTO DO ASSENTO E ENCOSTO É EM TECIDO, PESO SUPOSTADO 170 KG, ALTURA TOTAL DA CADEIRA, 96 CM ALTURA DO ASSENTO AO CHÃO 47 CM, ALTURA DO ENCOSTO 50 CM, LARGURA DO ASSENTO 50 CM, PROFUNDIDADE DO ASSENTO 46 CM, PRODUTO ENVIADO MONTADO, PRONTO PARA USO.	40	UN
24	CADEIRA PLÁSTICA BRANCA SEM BRAÇO CADEIRA MONOBLOCO DE POLIPROPILENO CADEIRA PLÁSTICA BRANCA SEM BRAÇO - CADEIRA MONOBLOCO DE POLIPROPILENO, RESISTE A UMA CARGA ESTÁTICA CIMA DE 182 KG. CERTIFICADA PELO INMETRO. TAMANHO 51CMX43CM X89,5CM (CXLXA) POSSUI 1 (UM) ANO DE GARANTIA.	700	UN
25	CADEIRINHA DE BEBÊ (BANCO DE ELEVAÇÃO) PARA CRIANÇAS DE 04 ATÉ 07 ANOS CADEIRINHA PARA AUTOMÓVEL – CERTIFICADO PELO INMETRO, LARGURA APROXIMADA DE 42,00 CM, ALTURA APROXIMADA DE 67,00, E PROFUNDIDADE DE 47,00 CM, PESO 3,00 KG. DISPOSITIVO DE RETENÇÃO PARA CRIANÇAS DA CATEGORIA UNIVERSAL PARA UTILIZAÇÃO EM AUTOMÓVEIS. APROVADO PARA USO GERAL EM VEÍCULOS E SE ADAPTA NA MAIORIA DOS ASSENTOS DE AUTOMÓVEIS. PREFERÊNCIA DE COR PREDOMINANTE ESCURA, EX PRETA. ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES	5	UN
26	CADEIRINHA PARA CRIANÇAS DE 01 ATÉ 04 ANOS CADEIRINHA DE BEBÊ PARA AUTOMÓVEL. CERTIFICADO PELO INMETRO, LARGURA APROXIMADA DE 43,00 CM, ALTURA APROXIMADA DE 57,00, E PROFUNDIDADE DE 57,00 CM, PESO 3,00 KG. DISPOSITIVO DE RETENÇÃO PARA CRIANÇAS DA CATEGORIA UNIVERSAL PARA UTILIZAÇÃO EM AUTOMÓVEIS. APROVADO PARA USO GERAL EM VEÍCULOS E SE ADAPTA NA MAIORIA DOS ASSENTOS DE AUTOMÓVEIS. PREFERÊNCIA DE COR PREDOMINANTE ESCURA, EX PRETA. ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES.	20	UN
27	CAMA BOX CONJUGADO DE SOLTEIRO KING COM ESPUMA D28. TECIDO 100% POLIÉSTER. PROTEÇÕES ANTIMOFO/ANTIFUNGO/ANTIÁCARO/ANTI ALÉRGICO. QUANTIDADE DE PÉS 06 PÉS REMOVÍVEIS EM MATERIAL PLÁSTICO.	30	UN
28	CÂMARA FRIA GELADEIRA TIPO MINI CÂMARA FRIA EM AÇO INOX ESCOVADO LINHA COMERCIAL COM QUATRO PORTAS. POSSUI O SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO COM AR FORÇADO (DEGELAMENTO AUTOMÁTICO), COM 3 NÍVEIS DE PRATELEIRAS GRADEADAS E REVESTIMENTO EXTERNO EM AÇO INOX ESCOVADO. CONTROLADOR ELETRÔNICO DIGITAL COM INDICADOR DE TEMPERATURA - DEGELAMENTO AUTOMÁTICO - GÁS REFRIGERANTE R134A - EQUIPAMENTO 220V E MONOFÁSICO. MATERIAL AÇO INOX ESCOVADO (EXTERNO)   AÇO GALVANIZADO (INTERNO) CAPACIDADE MÍNIMA 918 LITROS PRATELEIRAS 3 REFRIGERAÇÃO AR FORÇADO (FROST FREE) TEMPERATURA +5OC A +8OC VOLTAGEM 220V PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO. VOLTAGEM À	2	UN



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

	CRITÉRIO DA SECRETARIA SOLICITANTE		
29	CARRINHO MULTIUSO AUXILIAR COM 01GAVETA E TAMPO EM INOX,02 PRATELEIRAS, BASE COM RODINHAS, COM DIMENSÕES MINIMAS LARGURA DE 55CM, ALTURA 93CM, PROFUNDIDADE 52CM NAS CORES A ESCOLHA DO LICITANTE OFF, CINZA, CINAMOMO. O ITEM DEVERÁ SER FORNECIDO MONTADO, NÃO SENDO ACEITA A ENTREGA DESMONTADA OU EM PARTES. A MONTAGEM SERÁ DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA, SEM ÔNUS ADICIONAL PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.	30	UN
30	FOGÃO DOMÉSTICO CONVENCIONAL. 04 BOCAS CONVENCIONAL, COM TAMPA DE VIDRO COM CORPO EM ACABAMENTO ESMALTADO NA COR BRANCA E MESA EM INOX ALIMENTAÇÃO A GÁS 04 BOCAS 4 QUEIMADORES (2 SUPER-RÁPIDOS DE 2000W E 2 RÁPIDOS DE 1700 W) COM ACENDIMENTO AUTOMÁTICO TOTAL, ACIONAMENTO ELÉTRICO, BIVOLT FORNO AUTOLIMPANTE, VÁLVULA DE SEGURANÇA, COM ILUMINAÇÃO INTERNA, CAPACIDADE MÍNIMA 50L COM UMA PRATELEIRA REGULÁVEL COM TERMOSTATO SEM GRILL PROTEÇÃO TRASEIRA COM PÉS NIVELADORES ACOMPANHA MANUAL DE INSTRUÇÃO EM PORTUGUÊS E CERTIFICADO DE GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A COM SELO CONPET-RENDIMENTO ENERGÉTICO NO CONSUMO DE GÁS FABRICAÇÃO DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES	20	UN
31	FOGÃO INDUSTRIAL 6 BOCAS 30X30 COM SUPER FORNO -. MATERIAL DE FABRICAÇÃO AÇO CARBONO COM PINTURA ELETROSTÁTICA. MEDIDAS DO PRODUTO - PROFUNDIDADE 87 CM COMPRIMENTO 113 CM ALTURA 80 CM, INFORMAÇÕES TÉCNICAS PERFIL 6,5 CM QUEIMADORES FABRICADOS EM FERRO FUNDIDO COM ALTO PADRÃO DE DUREZA - QUEIMADORES DUPLOS COM CONSUMO DE 600GR/H3 - QUEIMADORES SIMPLES COM CONSUMO DE 300GR/HCONTROLE DE TEMPERATURA 0-300 GRAUS TEMPERATURA DE TRABALHO 0-280 GRAUS FORNO COM CAPACIDADE PARA 135 LITROSMEDIDA INTERNA DO FORNO DE 89 X 58X 27 CM CONSUMO DO FORNO 800 GR/H QUADRO SEM EMENDAS GRELHAS FABRICADAS EM FERRO FUNDIDO COM ALTO PADRÃO DE DUREZA REGISTROS DE ALTA QUALIDADE BANDEJAS COLETORAS DE GORDURAS CONSUMO GLP 35000 GR/H, GARANTIA 6 MESES.	10	UN
32	FOGÃO INOX 5 BOCAS À GÁS, DE PISO, MESA DE VIDRO, TREMPES DE FERRO FUNDIDO, ACENDIMENTO AUTOMÁTICO, SENDO 110V OU BIVOLT, COM 02 ACENDEDORES SEMI-RÁPIDOS MINIMO DE 1800W E E 03 RÁPIDOS MINIMO DE DE 2500W, FORNO VIDRO TEMPERADO, CAPACIDADE MINIMA DE 96 LITROS, CONTENDO 2 PRATELEIRAS INTERNAS, SENDO 1 DESLIZÁVEL E AJUSTÁVEL EM 3 NÍVEIS DE ALTURA À GAS GLP. GARANTIA DE 12 MESES.	20	UN
33	FREEZER DOMESTICO VERTICAL, FROST FREE, CAPACIDADE MINIMA 240L FREEZER DOMESTICO NO MODELO DESCONGELAMENTO AUTOMÁTICO (FROST FREE) DO TIPO VERTICAL, PORTAS REVERSIVEIS, EASY-TO-OPEN PUXADOR EM METAL NOBRE COM CAPACIDADE TOTAL MINIMA DE 240L NA COR BRANCO COM 6 PRATELEIRAS EM ACRILICO, GAVETAS RASAS REMOVIVEIS EM PS CRISTAL TRANSPARENTE COM TRAVA DE SEGURANÇA BASE COM PES ESTABILIZADORES E RODIZIOS CONSUMO DE 57 KWH/MÉS APROXIMADAMENTE NA VOLTAGEM 127 V TERMOSTATO, FORMAS DE GELO, CONTROLE DE CONGELAMENTO FRONTAL COM LUZES INDICATIVAS ACOMPANHA CERTIFICADO DE GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES E MANUAL DE INSTRUÇÕES FABRICAÇÃO DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES CLASSIFICACAO ENERGETICA A.	2	UN
34	FREEZER HORIZONTAL 1 PORTA 205L. CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA A EXPEDIDA PELO INMETRO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES FORNECIDA PELO FABRICANTE.	6	UN
35	FREEZER HORIZONTAL DUAS PORTAS COR BRANCA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 513 L. TECNOLOGIA CYCLE DEFROST PUXADORES ERGONÔMICO E COM FECHADURA DE SEGURANÇA QUE PERMITE O TRAVAMENTO DO FREEZER. RODAS 360°. COM DRENO FRONTAL PARA PRATICIDADE NO MOMENTO DE DESCONGELAR. COM CONTROLE DE TEMPERATURA. DUPLA FUNÇÃO (FREEZER E REFRIGERADOR). CLASSIFICAÇÃO	13	UN



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

	ENÉRGICA A. TEMPERATURA MÍNIMA DE 18° C. LARGURA MÍNIMA DE 160 CM. ALTURA MÍNIMA DE 96 CM. GABINETE EXTERNO PINTADO ELETROSTATICAMENTE A PO-EPOXI CONTENDO INTERNAMENTE CESTO DE ESTOCAGEM GRADES REMOVÍVEIS. NA VOLTAGEM DE 110 V CONTENDO PAINEL DE CONTROLE COM TERMOSTATO E LEDS ACOMPANHA CERTIFICADO DE GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES E MANUAL DE INSTRUÇÕES FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES		
36	FREEZER HORIZONTAL UMA PORTA COR BRANCA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 314 L. TECNOLOGIA CYCLE DEFROST PUXADORES ERGONÔMICO E COM FECHADURA DE SEGURANÇA QUE PERMITE O TRAVAMENTO DO FREEZER. RODAS 360°. COM CONTROLE DE TEMPERATURA. DUPLA FUNÇÃO (FREEZER E REFRIGERADOR). DRENO FRONTAL PRATICIDADE NA HORA DE DESCONGELAR. CLASSIFICAÇÃO ENÉRGICA A. TEMPERATURA MÍNIMA DE 18° C. ALTURA MÍNIMA DE 90 CM. LARGURA MÍNIMA DE 107,3 CM E PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 76 CM. GABINETE EXTERNO PINTADO ELETROSTATICAMENTE A PO-EPOXI CONTENDO INTERNAMENTE CESTO DE ESTOCAGEM GRADES REMOVÍVEIS. NA VOLTAGEM DE 110 V CONTENDO PAINEL DE CONTROLE COM TERMOSTATO E LEDS ACOMPANHA CERTIFICADO DE GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES E MANUAL DE INSTRUÇÕES FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES	6	UN
37	FREEZER TRIPLA AÇÃO VERTICAL FREEZER CONSERVADOR E REFRIGERADOR. TRIPLA AÇÃO PORTA VISOR. 3 EQUIPAMENTOS EM UM CAPACIDADE 531L BRUTA E 512L 01 LÍQUIDA TEMPERATURA REFRIGERADOR 2 C A 8 C CONSERVADOR DE GELO 10 C A 16 C CONGELADOR 18 C A 22 C. POTÊNCIA 290W. PESO 94 95 KG. DIMENSÕES EXTERNAS CXAXL 67X188X86CM. DIMENSÕES INTERNAS CXAXL 55X137X67CM. FRENTE 67CM ALTURA 188CM PROFUNDIDADE 86CM TEMPERATURA REFRIGERADOR 2 C A 8 C CONSERVADOR DE GELO 10 C A 16 C CONGELADOR 18 C A 22 C PESO 95 KG PORTAS 1 PORTA PRATELEIRAS 3 VOLTAGEM 220 V. GARANTIA DE 12 MESES.	1	UN
38	FRITADEIRA ELÉTRICA SEM ÓLEO 3,5L. MODELO DE REFERÊNCIA FRITADEIRA ELÉTRICA AIR FRYER 110V. APRESENTAÇÃO ENTREGA POR UNIDADE. CARACTERÍSTICAS ACOMPANHA CESTO REMOVÍVEL. AJUSTE DE TEMPERATURA DE 140 A 200°C, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO. POTÊNCIA 1240W. 220V OU BIVOLT. LUZ INDICADORA. BASE ANTIDERRAPANTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. EM CONFORMIDADE COM O INMETRO E COM AS RECOMENDAÇÕES CONTIDAS NAS NORMAS DA ABNT NO QUE COUBER.	6	UN
39	KIT BASE DE MADEIRA NA COR CEREJEIRA + 03 MASTROS COM PONTEIRA CÔNICA EM ALUMÍNIO COM AS 03 BANDEIRAS SENDO 01 (UMA) BRASIL, 01 (UM) MINAS GERAIS E A DO 01 (UMA) MUNICÍPIO DE ORIGEM DO LICITANTE. MASTRO EM ALUMÍNIO, DIVIDIDO EM 04 (QUATRO) PARTES. • DIÂMETRO DO MASTRO 28MM (1.1/8). • 02 (DUAS) PRESILHAS PARA FIXAÇÃO NOS ILHOSES DA BANDEIRA. • ENCAIXES DE REDUÇÃO INTERNA NAS EXTREMIDADES PARA FACILITAR A MONTAGEM/DESMONTAGEM. • ALTURA APROXIMADA DO MASTRO COM PONTEIRA CÔNICA 2.32M. • PONTEIRA CÔNICA COM 25CM DE ALTURA, EM ALUMÍNIO. • MASTRO PARA BANDEIRAS NOS TAMANHOS 0.90X1.28M E 1.12X1.60M. • IDEAL PARA DESFILES E PARA BASES E SUPORTES DE USO INTERNO. DE FÁCIL MANUSEIO E TRANSPORTE. BANDEIRA OFICIAL DO BRASIL - MODELO BORDADA DUPLA-FACE TAMANHO 1.57X2.24M	10	UN
40	GARRAFA SEMELHANTE A BOTIJÃO TÉRMICO 12L.	25	UN
41	GAVETEIRO EM MDF LXHP 0,52X0,75X0,50 NA COR NOCE AMÊNDOA COM 02 GAVETÕES. CONTENDO DOBRADIÇA COM AMORTECEDOR E CORPO EM AÇO-CARBONO COM ACABAMENTO GALVANIZADO E POSSUIR PUXADOR PERFIL NA COR CHAMPANHE. COM 04 RODÍZIOS (SENDO OS FRONTAIS COM FREIO), COM RODA PRODUZIDA EM SILICONE TRANSPARENTE PERMITINDO UM DESLOCAMENTO SUAVE E REDUZINDO POSSÍVEIS IMPACTOS DURANTE O TRANSPORTE E COM CHAPA DE FIXAÇÃO PRODUZIDA EM AÇO. O ITEM DEVERÁ SER FORNECIDO MONTADO, NÃO SENDO ACEITA A ENTREGA DESMONTADA OU EM PARTES. A MONTAGEM SERÁ DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA, SEM ÔNUS ADICIONAL PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.	30	UN



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

42	LIQUIDIFICADOR COM MINIMO DE 08 VELOCIDADES, MINIMO DE 2,5L, JARRA COM MATERIAL. RESISTENTE TRITAN, POTENCIA NO MINIMO DE 1200W, LAMINA EM AÇO INOX 110V	20	UN
43	LONGARINA 4 LUGARES. ASSENTO E ENCOSTO EM LONGARINA 4 LUGARES - ASSENTO E ENCOSTO EM COURINE. DESIGN MODERNO, CONFECCIONADA EM TUBO DE AÇO OBLONGO E TUBO RETANGULAR, PINTURA ELETROSTÁTICA DE ALTÍSSIMA A QUALIDADE (EPÓXI) MEDIDAS (AXLXP)100CM X240CMX60CM. CARGA MÍNIMA DE 90 KG POR ASSENTO, O ITEM DEVERÁ SER FORNECIDO MONTADO, NÃO SENDO ACEITA A ENTREGA DESMONTADA OU EM PARTES. A MONTAGEM SERÁ DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA, SEM ÔNUS ADICIONAL PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.	82	UN
44	LONGARINA 03 LUGARES. - COM 03 LUGARES, ASSENTO COM ESTRUTURA PLÁSTICA INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA. ENCOSTO COM ESTRUTURA PLÁSTICA INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM PEGA-MÃO. SUPORTE DO ENCOSTO EM TUDO DE AÇO INDUSTRIAL SAE 1020 OBLONGO 16X30MM, PAREDE DE 1,50MM. ESTRUTURA, TRAVESSA DA LONGARINA CONFECCIONADA EM AÇO INDUSTRIAL QUADRADO SAE 1020 COM 50X50MM, PAREDE DE 1,20MM. PÉS CONFECCIONADOS EM AÇO INDUSTRIAL REDONDO SAE 1020 COM 31,75 DE DIÂMETRO (1.1/4"), PAREDE DE 1,50MM. SAPATAS E PONTEIRAS INJETADAS EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA. OS COMPONENTES METÁLICOS POSSUEM TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE COM FOSFATO DE ZINCO POR IMERSÃO, EXECUTADO EM LINHA AUTOMÁTICA DE OITO TANQUES, SEM USO DE PRODUTOS CLORADOS PARA DESENGRAXE, E COM POSTERIOR TRATAMENTO DE EFLUENTES, DE ACORDO COM AS NORMAS AMBIENTAIS, PROPORCIONANDO MELHOR PROTEÇÃO CONTRA CORROSÃO E EXCELENTE ANCORAGEM DA TINTA, EVITANDO ASSIM O DESCOLAMENTO DA MESMA. A TINTA UTILIZADA PARA A PINTURA É EM PÓ, DO TIPO HÍBRIDA (POLIÉSTER - EPÓXI), W-ECO, ISENTA DE METAIS PESADOS, NA COR PRETO LISO SEMIBRILHO, COM CAMADA DE 60 MÍCRONS EM MÉDIA. TODAS AS PEÇAS SÃO CURADAS EM ESTUFA COM ESTEIRA DE MOVIMENTAÇÃO CONTÍNUA À TEMPERATURA DE 200° C. DIMENSÕES MÍNIMAS DA LONGARINA ALTURA TOTAL DO ENCOSTO 280 MM. LARGURA TOTAL DO ENCOSTO 460 MM. LARGURA TOTAL DO ASSENTO 460 MM. PROFUNDIDADE TOTAL DO ASSENTO 400 MM. ALTURA TOTAL DA LONGARINA 815 MM. LARGURA TOTAL DA LONGARINA 1750 MM. PROFUNDIDADE TOTAL DA LONGARINA 515 MM. O ITEM DEVERÁ SER FORNECIDO MONTADO, NÃO SENDO ACEITA A ENTREGA DESMONTADA OU EM PARTES. A MONTAGEM SERÁ DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA, SEM ÔNUS ADICIONAL PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.	50	UN
45	MESA DE COZINHA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS TAMPO EM PEDRA DE MÁRMORE 1,40M X 80CM ESTRUTURA EM TUBOS EM AÇO CARBONO. COR BRANCO MEDIDAS DA MESA (L X A X P) 140 X 70 X 80 CM 6 CADEIRAS EM AÇO CARBONO TUBO DE 1 CHAPA 0,90MM, ACENTO ESTOFADO ENCORTINO PRETO.	15	UN
46	MESA DE COZINHA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS TAMPO EM PEDRA DE MÁRMORE 1 40M X 80CM. ESTRUTURA EM TUBOS EM AÇO CARBONO COR BRANCO MEDIDAS DA MESA L X A X P 140 X 70 X 80 CM 6 CADEIRAS EM AÇO CARBONO TUBO DE 1 CHAPA 0 90MM ACENTO ESTOFADO ENCORTINO PRETO.	4	UN
47	MESA DE PLASTICO. QUADRADA, PLÁSTICO RESISTENTE DE POLIPROPILNO VIRGEM, COR BRANCA, EMPILHVEL, COM PROTEÇÃO UV, COM DIMENSÕES APROXIMADAS ENTRE 60 CM A 70 CM DE COMPRIMENTO E 60 CM E 70 CM DE LARGURA. CERTIFICADO INMETRO. GARANTIA DO FORNECEDOR DE 360 DIAS CONTRA DEFEITOS.	250	UN
48	MESA DE REUNIÃO EM MDF 25MM OVAL - 2,50X1,00X0,73M - 10 LUGARES MESA OVAL, BORDAS ARREDONDADAS EM PERFIL DE PVC, ESTRUTURA METÁLICA TUBULAR COMPOSTA POR TRAVESSAS PASSA-CABOS, COM GARRAS NAS EXTREMIDADES E FUIROS PARA A PASSAGEM DE CABOS, EM CHAPA DE AÇO, E LATERAIS COM COLUNAS DUPLAS E APOIO, TIPO MÃO FRANCESA, EM TUBOS DE AÇO REDONDOS, COM PÉS HORIZONTAIS EM TUBO DE AÇO OBLONGO COM PONTEIRAS EM POLIESTIRENO	15	UN



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

	INJETADO NA COR PRETA E SAPATAS NIVELADORAS. MATERIAL EM MDF 25MM - TAMANHO DA MESA 2,5MX1,00MX0,73M - 10 LUGARES. ESTRUTURA EM AÇO NA COR PRETA, COM TRATAMENTO ANTI FERRUGEM DE DECAPAGEM E FOSFATIZAÇÃO, SEGUIDO PELO PROCESSO DE PINTURA ELETROSTÁTICA COM TINTA HÍBRIDA DE EPÓXI COM POLIÉSTER EM PÓ, COM SECAGEM EM ESTUFA.		
49	MESA ESCRITÓRIO. MEDIDAS APROXIMADAS 1,20 X 0,67M X 0,75 DE ALTURA. GAVETEIRO FIXO 3 GAVETAS COM CHAVE. TAMPO EM CHAPA DE MADEIRA AGLOMERADA MACIÇA DE 28 MM ESPESSURA, REVESTIMENTO LAMINADO MELAMÍNICO 15 MM FRENTE DAS MESAS, CONFECCIONADA DE MADEIRA AGLOMERADA DE 15MM E REVESTIMENTO LAMINADO MELAMÍNICO 15 MM E ALTURA DE 39 CM PÉS METÁLICOS, VERTICAIS E OBLONGAS (PÉ RETO) DE NO MÍNIMO 20CM ABAULADA, PINTURA ELETROSTÁTICA E TRATAMENTO ANTIFERRUGEM. PASSAGEM PARA FIAÇÃO E RANHURAS FRISAS COM RELEVO DE NO MÍNIMO 5MM PONTEIRAS DAS ESTRUTURAS, INJETADAS EM PVC COM SAPATAS NIVELADORAS PARA APOIO TOTAL DA SUPERFÍCIE DE TRABALHO. O OBJETO DEVERÁ SER ENTREGUE MONTADO	71	UN
50	MESA FRUTEIRA E SUPORTE PARA MICROONDAS OU BEBEDOURO EM AÇO.	20	UN
51	MESA PARA IMPRESSORA. DE AÇO/FERRO PINTADO, MÍNIMO DE 50X40X70 CM, TAMPO EM MDF.	40	UN
52	MESAS PARA ESCRITÓRIO EM L MDF 1,70X1,50M GAVETEIRO. INDEPENDENTE BEGE COM TABACO ÓTIMA QUALIDADE, PUXADORES EM METAL MESA 1,70X1,50X0,75M LXPXA GAVETEIRO 70X47X48 AXLXP COM GAVETEIRO INDEPENDENTE DE 3 GAVETAS COM CHAVE. O ITEM DEVERÁ SER FORNECIDO MONTADO, NÃO SENDO ACEITA A ENTREGA DESMONTADA OU EM PARTES. A MONTAGEM SERÁ DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA, SEM ÔNUS ADICIONAL PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	40	UN
53	MICROFONE SEM FIO MICROFONE HEADSET PARA CABEÇA DE ALTA QUALIDADE, RECARREGÁVEL ENCAIXA MUITO BEM NA CABEÇA, E AJUSTE DE VOLUME NO PRÓPRIO MICROFONE, CARDÍOIDE COM ADAPTADOR P10 E P2 MICROFONE WIRELESS FAIXA ENTRE 600 E -696 MHZ PODER DO RF 10DBM TIPO DO MIC MICROFONE CAPACITIVO BATERIA TIPO 3.7V LÍTIO 450MAH BATERIA RECEPTOR FAIXA ENTRE 600 E -696 MHZ FREQUÊNCIA RESPOSTA GAMA 50HZ-15KHZ BATERIA TIPO 3.7V LÍTIO 450MAH BATERIA EXIGÊNCIAS DO CARREGAMENTO USB5V DISTÂNCIA CERCA DE 30 METROS	10	UN
54	MICROONDAS NA COR BRANCA. COM CAPACIDADE DE 30 LITROS, VOLTAGEM DE 110 VOLTS, SISTEMA DIGITAL, TECLAS PRE- PROGRAMAAS, COM FUNÇÃO DE MANTER AQUECIDO, POTÊNCIA DE 1000W (GARANTIA DE 12 MESES)	10	UN
55	PLACA DE EVA PARA TATAME - PLACAS DE TATAME INTERTRAVADAS E BORDAS DE ACABAMENTO, CONFECCIONADAS EM E.V.A. (100%), ATÓXICAS, COM SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, SILICONIZADA, ANTIDERRAPANTE E LAVÁVEL • DENSIDADE DE 180 G/CM³ CADA PEÇA DEVE SER FORNECIDA EM CONJUNTO COM DUAS BORDAS DE ACABAMENTO. OS ENCAIXES DEVEM PROPORCIONAR A JUNÇÃO PERFEITA DAS PEÇAS AS ARESTAS DE BORDAS E PLACAS DEVEM SER UNIFORMES, COM CORTE PRECISO A 90° EM RELAÇÃO AO PLANO DA SUPERFÍCIE, ISENTAS DE REBARBAS E FALHAS. TAMANHO DAS PLACAS 1000 MM X 1000 MM ESPESSURA 20 MM.	100	UN
56	PRATELEIRA / ESTANTE EM AÇO - 6 DIVISÓRIAS COM REFORÇO ESTANTE EM AÇO, CONTENDO 6 PRATELEIRAS SOBREPOSTAS, COM OPÇÃO DE REGULAGEM DE ALTURA, SAPATAS DE PROTEÇÃO AO PISO E FIXAÇÃO NA PAREDE, CAPACIDADE POR PRATELEIRA 25KG PINTURA EM PÓ ELETROESTÁTICO MEDIDAS 200X92X30CM (AXLXP).	45	UN
57	PÚLPITO AMADEIRADO EM MDF NA COR CARVALHO OU AMENDO A COM DIMENSÕES. MÍNIMO DE 57 COMPRIMENTO 27 DE LARGURA 1,12 ALTURA	2	UN
58	TRIBUNA PARA ORATÓRIA AÇO COM TRIPÉ PRETO ACABAMENTO PRETO BASE SUPERIOR. AÇO CARBONO 550X370MM ALTURA MÍN 0,80MT - MÁX 1,45MT	2	UN
59	REFRIGERADOR DOMESTICO COM TECNOLOGIA FROST FREE COR BRANCO CAPACIDADE. MÍNIMA DE 322 L UMA PORTA NA COR BRANCA COM NO MÍNIMO 3	15	UN



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

	PRATELEIRAS REMOVÍVEIS E REGULÁVEIS, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA A, VOLTAGEM DE 110V PORTA OVOS.COM ALARME DE PORTA ABERTA, TERMOSTATO DE TEMPERATURA. ILUMINAÇÃO INTERNA, PAINEL ELETRÔNICO, PÉS NIVELADORES, ILUMINAÇÃO NO COMPARTIMENTO REFRIGERADOR, CAPACIDADE MÍNIMA DO FREEZER 48 L, ALTURA MÍNIMA DO PRODUTO 159 CM. LARGURA MÍNIMA 60,2 CM, PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 71,3 CM, COM PUXADOR ERGONÔMICO E INTEFRADO, GAVETA EXTRA FRIA. PRAZO DE GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES FABRICACAO DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES		
60	REFRIGERADOR DOMESTICO, DUPLEX FROST FREE COR BRANCO, CONSUMO. APROXIMADO DE ENERGIA 127 V, PRATELEIRAS REMOVÍVEIS E REGULÁVEIS. PORTA OVOS E COM FORMA DE GELO. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA A, ALARME DE PORTA ABERTA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 400 L. CAPACIDADE DO FREEZER DE 89 LITROS. DEVE POSSUIR PÉS NIVELADORES E COM RODÍZIOS, DISPLAY TOUCH SCREEN. PAINEL ELETRÔNICO EXTERNO E CONTROLE DE TEMPERATURA COM 5 NÍVEIS DE TEMPERATURA E COM TRAVA DE SEGURANÇA. 2 PORTAS. ALTURA MÍNIMA 185 CM. LARGURA MÍNIMA DE 62 CM. PROFUNDIDADE 74 CM. CONTEM PRATELEIRAS, GAVETAS, COMPARTIMENTO NA PORTA. NA VOLTAGEM DE 110V COM FORMA DE GELO, TERMOSTATO, LUZ. PRAZO DE GARANTIA MÍNIMO DE 12 MESES FABRICACAO DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES	15	UN
61	REFRIGERADOR TIPO FRIGOBAR. CAPACIDADE BRUTA ENTRE 110 E 130 LITROS, COR BRANCA, ALIMENTAÇÃO BIVOLT OU 110 V, GARANTIA DE 01 ANO, CLASSIFICAÇÃO A NO PROGRAMA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA.	7	UN
62	TANQUINHO DE LAVAR ROUPAS. CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 KG, SEMIAUTOMÁTICA, LAVAGEM POR TURBILHAMENTO, FILTRO PARA FIAPOS, DISPENSER PARA SABÃO E AMACIANTE. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA A 110 V.	9	UN
63	TENDA PIRAMIDAL (PIRÂMIDE) 10X10. A TENDA PIRAMIDAL POSSUI ESTRUTURA FABRICADA EM CHAPA DE FERRO TUBULAR COM MEDIDAS DE 13" A 18", SOLDADA POR SISTEMA MIG COM GALVANIZAÇÃO DE ALTA RESISTÊNCIA, MONTADA EM SISTEMA DE ENCAIXE E COM PARAFUSOS E CONEXÕES EM AÇO INOXIDÁVEL. DIMENSÕES 10X10 PESO 451 KG CAPACIDADE 166 PESSOAS	10	UN
64	TENDA PIRAMIDAL (PIRÂMIDE) 8X8. A TENDA PIRAMIDAL POSSUI ESTRUTURA FABRICADA EM CHAPA DE FERRO TUBULAR COM MEDIDAS DE 13" A 18", SOLDADA POR SISTEMA MIG COM GALVANIZAÇÃO DE ALTA RESISTÊNCIA, MONTADA EM SISTEMA DE ENCAIXE E COM PARAFUSOS E CONEXÕES EM AÇO INOXIDÁVEL. DIMENSÕES 8X8 PESO 357 KG CAPACIDADE 106 PESSOAS	10	UN
65	TENDA SANFONADA 3X3 C/ BALCÃO 3 LATERAIS. 1 TENDA SANFONADA 3X3 1- BALCÃO DE 3,0X1,0 METROS 1- TOLDO 3,0 METROS 3- FECHAMENTOS LATERAIS 3,0 METROS. A LONA DE COBERTURA E LATERAIS É PRODUZIDA EM NYLON 600, COM 50% DE PVC E 50% DE POLIÉSTER, REFORÇO NOS CANTOS E SUSTENTAÇÃO ATRAVÉS DE VELCROS, SENDO DE FÁCIL SUBSTITUIÇÃO. ESTRUTURA FERRO GALVANIZADO (RESISTENTE)	15	UN
66	VENTILADOR DE COLUNA. DIÂMETRO (CM) 60CM, 200W DE POTÊNCIA, GRADE METÁLICA, COR PRETO, BIVOLT.	120	UN
67	VENTILADOR DE PAREDE AR 70 CM NA COR PRETO-BIVOLT.	70	UN
68	KIT DE DUAS CAIXA DE SOM ATIVA/PASSIVA, COM ALTO-FALANTE DE 12 E POTÊNCIA DE 1000W COM CONECTIVIDADE BLUETOOTH PARA STREAMING DE ÁUDIO SEM FIO. RESPOSTA DE FREQUÊNCIA MÍNIMA DE 65HZ A 18KHZ E SPL DE ATÉ 126 DB DE PICO. COM AMPLIFICADOR CLASSE D E PROCESSADOR QUICK SMART DSP, COM NO MÍNIMO QUATRO PREDEFINIÇÕES DE CONFIGURAÇÃO, EQ DE DUAS BANDAS, CINCO PREDEFINIÇÕES PROGRAMÁVEIS E MONITORAMENTO VIA LCD. EQUIPADO COM ENTRADAS XLR/TRS COMBO E 3.5MM, ALÉM DE SAÍDA XLR. A ALIMENTAÇÃO COMPATÍVEL COM VOLTAGENS DE 100V A 240V, COM CONSUMO DE 0.8A A 0.5A. COM ALÇAS PARA FÁCIL TRANSPORTE. MARCA DE REFERÊNCIA ANTERA	2	UN
69	KIT COM 2 SUPORTES TRIPÉ PARA CAIXA DE SOM, FABRICADOS EM AÇO CARBONO. COM PINTURA ELETROSTÁTICA. TUBO DE 1 1/4, COR PRETA. ALTURA AJUSTÁVEL EM 4 NÍVEIS, VARIANDO DE 1,10M A 1,50M. ALTURA FECHADA 1,05M. PESO APROXIMADO DE	2	UN



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

	3 KG POR UNIDADE. SUPORTA ATÉ 70 KG. INCLUI PINO DE TRAVAMENTO E COPO MACHO FIXO.		
70	SISTEMA DE MICROFONE SEM FIO DE 2 CANAIS UHF COM 200 CANAIS SELECIONÁVEIS, ALCANCE DE ATÉ 70 METROS EM AMBIENTES FECHADOS. RECEPTOR COM CONTROLE DE FREQUÊNCIA, VOLUME E INDICADORES LED PARA STATUS DE SINAL (RF/AF), CANAL E BATERIA DOS MICROFONES. EQUIPADO COM ANTENAS DIGITAIS COM COMUTAÇÃO. OS MICROFONES DEVEM POSSUIR CÁPSULA DINÂMICA CARDIOIDE, COM RESPOSTA DE FREQUÊNCIA AMPLA. FUNCIONAM COM 2 PILHAS AA ALCALINAS. A SINCRONIZAÇÃO COM O RECEPTOR DEVE SER VIA INFRAVERMELHO (IR). DEVE POSSUIR FILTROS HARMÔNICOS PARA SOM LIMPO E SAÍDA BALANCEADA XLR POR MICROFONE, ALÉM DE SAÍDA MIX PARA OS 2 MICROFONES. O RECEPTOR DEVE SER COMPATÍVEL COM VOLTAGENS BIVOLT. ACOMPANHAR ESTOJO RESISTENTE PARA TRANSPORTE, CABOS, ANTENAS E MANUAL DE OPERAÇÃO. CONTEÚDO DO KIT 2 MICROFONES SEM FIO 1 RECEPTOR CABOS E ANTENAS MANUAL DE OPERAÇÃO	2	UN
71	MICROFONE COM FIO DINÂMICO PROFISSIONAL PADRÃO POLAR CARDIOÍDE UNIDIRECIONAL. RESPOSTA DE FREQUÊNCIA DE 80HZ A 15KHZ. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS TIPO DE TRANSDUTOR DINÂMICO (BOBINA MÓVEL) PADRÃO POLAR CARDIOÍDE IMPEDÂNCIA DE SAÍDA 150 OHMS (300 OHMS REAIS) CONECTOR DE SAÍDA P10 CABO 5 A 20 METROS DE COMPRIMENTO DIMENSÕES MÍNIMAS DO MICROFONE ALTURA 16 CM LARGURA 3 CM DIÂMETRO 2,5 CM PESO 298 G.	2	UN
72	MESA DE SOM ANALÓGICA COM 10 CANAIS DE ENTRADA ENTRADAS XLR 8. (COM PHANTOM POWER 48V SELECIONÁVEL) ENTRADAS P10 10 (SENDO 2X ESTÉREO), GANHO DO PRÉ AMP 10DB ATÉ 60DB PARA OS 6 PRIMEIROS CANAIS (POSSIBILITAM O USO DE EQUIPAMENTOS EXTERNOS JUNTO) CANAIS ESTÉREO 2 CANAIS, CADA UM COM DUAS ENTRADAS (P10) DE LINHA, RESPOSTA EM FREQUÊNCIA 10HZ ~ 60KHZ) MP3 PLAYER COM ENTRADA PARA PEN DRIVE, ETC FUNÇÃO REC, GRAVE A SAÍDA ESTÉREO MASTER NO PEN DRIVE (16BIT/44KHZ) 99 EFEITOS DSP (50 TIPOS DE REVERB ALÉM DE OUTROS EFEITOS COMO DELAY, CHORUS, PHASER, FLANGER, ETC) PROCESSADOR DSP 24BITS 40KHZ COM OVERSAMPLING (SIMILAR AO DE OUTRAS MARCAS FAMOSAS) INTERFACE DE ÁUDIO USB NA PARTE DE TRÁS EQUALIZADOR MASTER DE MÍNIMO 9 BANDAS COM FUNÇÕES DE SUB E MAIN MIX PARA MONITORAMENTOS MAIS COMPLEXO EQUALIZADOR 3 BANDAS POR CANAL (80HZ, 2,5KHZ E 12KHZ) COM ±15DB MOSTRADOR ESTÉREO DE GANHO COM LED DE 10 POSIÇÕES SAÍDA MASTER ESTÉREO BALANCEADA XLR / P10 SAÍDA AUXILIAR, SAÍDA FX, SAÍDA PARA FONE DE OUVIDO, SAÍDA SUB ROTEAMENTO DO FX PARA SAÍDA AUXILIAR CONTROLE MUTE E SOLO POR CANAL CONTROLE DE PAN POR CANAL, CONTROLE DE EFEITOS POR CANAL CORTE DE GRAVES NOS 6 PRIMEIROS CANAIS (-18DB EM 75HZ) FONTE BIVOLT DIMENSÕES MÍNIMAS 39 X 34 X 12 (CM) (LARGURA X PROFUNDIDADE X ALTURA) COM CABO DE FORÇA E MANUAL.	2	UN
73	CABO DE MICROFONE PARA P10 MONO COM CONECTORES DE METAL E CABO EMBORRACHADO TAMANHO MÍNIMO DE 20 METROS.	6	UN
74	EXTENSÃO ELÉTRICA 20M REFORÇADA, COM CABO DE 20 METROS DE COMPRIMENTO. DE CABO PP BIVOLT, COM 3 TOMADAS, SENDO TOMADA 110 (127) = EQUIPAMENTOS ATÉ 960 WATTS DE POTÊNCIA. TOMADA 220 = EQUIPAMENTOS ATÉ 1900 WATTS DE POTÊNCIA. AMPERAGEM MÁXIMA 48 AMPERES	4	UN
75	CONJUNTO REFEITÓRIO INFANTIL COM 1 MESA RETANGULAR DE 2 METROS E 10 CADEIRAS. EM POLIPROPILENO. INDICADO PARA CRIANÇAS DE 2 A 6 ANOS. TAMPO MDP DE 18MM REVESTIDO EM FÓRMICA. COR AZUL. ESTRUTURA EMPILHÁVEL TUBO DE AÇO 20X40MM COM BORDA DE PVC 2MM, PINTURA EPÓXI-PÓ BRANCO. MEDIDAS MESA 2000X600MM. ALTURA 520MM. ASSENTO E ENCOSTO POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA. CORES AMARELO, AZUL, VERDE ACQUA E VERMELHO. CADEIRA EMPILHÁVEL TUBO DE AÇO 3/4, ESPESSURA 1,06, PINTURA EPÓXI-PÓ BRANCO. ALTURA ATÉ O ASSENTO 310MM. ALTURA TOTAL 590MM.	6	UN
76	CONJUNTO ESCOLAR INDIVIDUAL AZUL – (MESA E CADEIRA) – JUVENIL/ADULTO. ESPECIFICAÇÕES ASSENTO E ENCOSTO EM POLÍMERO TERMOPLÁSTICO	120	CJ



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

(POLIPROPILENO) ESTRUTURA DE AÇO PLÁSTICO NÃO TÓXICO TAMPO EM POLIPROPILENO PLÁSTICO 100% SUSTENTÁVEL PESO SUPOSTADO (KG) 100 - MEDIDAS MESA ALTURA 74CM LARGURA 61CM PROFUNDIDADE 47CM - MEDIDAS CADEIRA ALTURA 84CM ALTURA ATÉ O ASSENTO 40CM LARGURA 40CM PROFUNDIDADE 42CM.		
---	--	--

## CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

- 1.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A contratação justifica-se pela necessidade do município na oferta de atendimento de qualidade aos munícipes, bem como possibilitar e ofertar condições ideais de trabalho aos servidores municipais.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**4.1 Sustentabilidade: Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:**

- 4.1.1. Os materiais solicitados deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc. - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art 39, VIII, da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);
- 4.1.2. - A qualidade dos itens fornecidos é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, ficando a seu encargo o controle e a fiscalização seguindo as exigências legais e as especificações técnicas.
- 4.1.3 - A contratada deverá oferecer os recursos e meios necessários e suficientes para a supervisão e fiscalização da regularidade e correção fornecimento.
- 4.1.4 – As entregas deverão ser realizadas mediante recebimento de Ordem de Compra do Setor de Compras; em local estipulado para entrega, acompanhadas de nota fiscal para conferência, que ocorrerá no ato da entrega no local de recebimento por funcionário competente sendo que a responsabilidade da entrega será por conta e risco do licitante contratado.
- 4.1.5 - Prazo de entrega: o prazo de 10(dez) dias úteis, a contar do recebimento por parte da contratada da Ordem de Compra. Município de São João das Missões-Estado de Minas Gerais.
- 4.1.6 – O Município de São João das Missões reserva o direito de não receber o item em desacordo com o previsto neste instrumento, podendo cancelar o contrato em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis.
- 4.1.7 – A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, os itens licitados em que se verifiquem irregularidades.
- 4.1.8 – O Fornecedor sujeitar-se-á fiscalização dos itens licitados no ato da entrega, reservando-se o Município de São João das Missões o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

4.1.9 - Correrão por conta da contratada todas as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos itens licitados.

4.1.10 – O contratado ficará obrigado a aceitar de volta, os itens licitados, na hipótese de recusa pelo Município, no prazo de 02 (dois) dias, por não atender as exigências deste termo. O ato do recebimento não importará a sua aceitação e sem nenhum direito à indenização.

A Contratada fica obrigada a manter a garantia dos produtos exigida no Termo por no mínimo 01 (um) ano, a partir da data de fabricação, sob pena de sofrer as sanções legais aplicáveis.

## 4.2 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste TR, ATA ou Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da Ata ou contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da Ata ou contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

g) O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da Ata ou contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Município de São João das Missões Estado de Minas Gerais 28 do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

h) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto da Ata ou contrato;

i) Comunicar ao Fiscal da Ata ou contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

j) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

k) Manter durante toda a vigência da Ata ou contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

l) Cumprir, durante todo o período de execução da Ata ou contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021); (quando for o caso)



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

- m) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal da Ata ou contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021); (quando for o caso)
- n) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata ou contrato; o) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- p) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- q) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas da ata ou contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- r) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## 4.3 - OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com a ata ou contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência ou contrato;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas; Município de São João das Missões de Minas Gerais.
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução da Ata ou contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021;
- f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente ata ou Contrato;
- g) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e ata ou Contrato;
- h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da ata ou Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- j) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.
- l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução da ata ou contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 5.DA ENTREGA E LOCAL DOS PRODUTOS

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da ordem de fornecimento.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. O Objeto licitado deverá ser entregue na Prefeitura Municipal de São João das Missões, Pç. Vicente Paula, 300 – Centro – São João das Missões - CEP: 39.475-000, ou onde a mesma determinar, desde que na Sede do Município, no prazo até 10 (dez) dias úteis, a partir da emissão da nota de empenho enviado por meio eletrônico.



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

5.4 O objeto licitado deverá ser entregue em conformidade com especificações e características mínimas exigidos em edital e pelas normas técnicas específicas a eles pertinentes e em conformidade as marcas apresentadas.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Sr. Anésio Sirqueira de Macedo Oliveira, Secretária Municipal de Educação e por Érika Fernanda de Oliveira, Nutricionista da Educação-Responsável Técnica. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

## 7. Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto Municipal nº 577/2023, art. 20](#));

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto Municipal nº 577/2023](#));

Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto Municipal nº 577/2023, art. 20, III](#));

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto Municipal nº 577/2023, art. 20, IV](#)).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto Municipal nº 577/2023, art. 20, V](#)).

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual. ([Decreto Municipal nº 577/2023, art. 20, VII](#)).

### Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 21, I e II, do Decreto Municipal nº 577/2023](#)).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

## 8. Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 577/2023, art. 19, I).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Municipal nº 577/2023, art. 19, III).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Municipal nº 577/2023, art. 19, IV).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Municipal nº 577/2023, art. 19, II).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Municipal nº 577/2023, art. 19, I).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Municipal nº 577/2023, art. 19, VIII).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### 10. Recebimento

Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 11. Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 11.1.1. O prazo de validade;
- 11.1.2. A data da emissão;
- 11.1.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 11.1.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 11.1.5. O valor a pagar; e

Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## 12. Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

## 13. Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

## 14. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Ato constitutivo. Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente Registrado ou Inscrito.
- b) Em se tratando de Microempreendedor individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;
- c) Documento de Identificação e CPF dos sócios da empresa

### QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.2.1 (Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

### DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do **CNPJ**, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;
- b) prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;
- c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;
- d) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, Cartão de Inscrição Estadual, (se houver);
- e) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

f) prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

## QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, na forma do § 3º do art. 88 da Lei 14.333/21.

## 16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. a) O custo estimado para a aquisição é de **R\$ 2.308.025,36 (dois milhões trezentos e oito mil vinte e cinco reais e trinta e seis centavos)**, conforme relatório de levantamento de preços constante no anexo a este documento, conforme relatório de levantamento de preços constante em anexo a este documento.

b) O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

14.1.1. c) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

## 17.1. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

## 18 – SUBCONTRATAÇÃO:

18.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 19 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

19.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

19.1.1 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

19.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

19.1.2.1 - Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

19.1.2.2 - Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

19.1.2.3 - Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra; (quando for o caso).

19.1.2.4 - Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital; (quando for o caso).

19.1.3 - Não celebrar a ata ou contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.1.3.1 - Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

19.1.4 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

19.1.5 - Fraudar a licitação;

19.1.6 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

19.1.6.1 - Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

19.1.6.2 - Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

19.1.6.3 - Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

19.1.7 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

19.2 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou contratados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

19.2.1 - Advertência;

19.2.2 - Multa;

19.2.3 - Impedimento de licitar e contratar e

19.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

19.3.1 - A natureza e a gravidade da infração cometida.

19.3.2 - As peculiaridades do caso concreto.

19.3.3 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

19.3.4 - Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

19.3.5 - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da ata ou contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

19.4.1 - Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor da ata ou contrato licitado.

19.4.2 - Para as infrações previstas nos itens 13.1.4 a 13.1.7, a multa será de 15% a 30% do valor da ata ou contrato licitado.

19.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa. 13.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4 a 13.1.7, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1 a 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

19.9 - A recusa injustificada do Contratado em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

19.10 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.11 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

19.12 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.13 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## 20 - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

20.1. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

20.2. Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

20.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

20.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

20.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

20.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

20.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

20.8. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

São João das Missões/MG, 08 de abril de 2026.

IVONETE ALVES FERREIRA

Secretário Municipal de Administração e Finanças



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

## ANEXO II MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º .....

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES-MG**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede Administrativa na Praça Vicente de Paula, 300, Bairro Centro, São João das Missões - MG, inscrito no CNPJ sob o N.º 01.612.486/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Jair Cavalcante Barbosa, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 028/2026**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

### 1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES E SUAS SECRETARIAS**, especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:
- 2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será o Município de São João das Missões-MG.
- 3.2. não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

#### Vedação a acréscimo de quantitativos

- 4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário oficial eletrônico, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
  - 5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
  - 5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## 9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Resta estabelecido o Foro da Comarca de Manga-MG, o competente para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias advindas desta relação. Conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

São João das Missões-MG, .....

Contratante

\_\_\_\_\_  
Contratada

## TESTEMUNHAS:

1-

2-



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

## ANEXO III

### MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES-MG**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede Administrativa na Praça Vicente de Paula, 300, Bairro Centro, São João das Missões - MG, inscrito no CNPJ sob o Nº 01.612.486/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Jair Cavalcante Barbosa e (.....), inscrito no CNPJ sob nº ....., com sede na ....., na cidade de ..... de neste ato representada pelo sócio-gerente, Senhor (.....), doravante denominada **CONTRATADA**, com base no resultado do julgamento da Licitação, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato da **Modalidade Pregão Eletrônico nº 07/2026**, nos termos constantes neste instrumento.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES E SUAS SECRETARIAS**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1 O Termo de Referência;
- 1.2.2 O Edital da Licitação;
- 1.2.3 A Proposta do contratado;
- 1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei 14133/2021.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1 O valor total da contratação é de R\$.……. (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1 Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

7.2 Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

- 8.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal de São João das Missões-MG para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10 A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
- 8.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.10 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

9.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

## **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

10.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.3 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- ii. **IMPEDIMENTO de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- iv. **Multa:**
  1. Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
  2. Moratória de 10% (dezpor cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

10.4A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei n.º 14.133, de 2021)

1.2.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei n.º 14.133, de 2021).



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

1.2.6 10.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

1.2.7 10.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.2.8 10.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.14 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1.2.9 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

1.2.10 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

1.2.10.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

1.2.11 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

1.2.12 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

1.2.13 Indenizações e multas.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na dotação abaixo discriminada:

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês ([art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

Resta estabelecido o Foro da Comarca de Manga-MG, o competente para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias advindas desta relação. Conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

São João das Missões-MG, .....

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES - MG

Contratante

\_\_\_\_\_  
Contratada

TESTEMUNHAS:

1-

2-



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

## ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026

\_\_\_\_\_, (razão social da empresa) com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, vem por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, na qualidade de representante legal, participante do Pregão Eletrônico em epígrafe instaurado pela Prefeitura Municipal de São João das Missões-MG, **DECLARAR**, sob as penas da lei:

- a) que atende aos requisitos de habilitação e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);
- b) que cumpri as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021);
- c) que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. (§ 1º, art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021);
- d) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (art. 67, VI, da Lei nº 14.133/2021);
- e) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição (art. 68, VI, da Lei nº 14.133/2021);
- f) que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- g) ter ciência de que em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o MUNICÍPIO, para a execução do serviço objeto deste edital e em decorrência de obrigações legais e cumprimento do edital/instrumento contratual, notadamente em cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), da Legislação de Licitações e determinações legais emanadas dos Órgãos de Controle, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF, RG, telefone, endereço físico e eletrônico, e todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, e poderá dar o tratamento legal aos mesmos, inclusive para atendimento de exigências dos órgãos de controle interno e externo.
- h) que não há fatos impeditivos para participação, **declarando**:
  - h.1) que não é autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica;
  - h.2) que não é empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado;
  - h.3) que não é pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - h.4) que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - h.5) não é empresa controladora, controlada ou coligada, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  - h.6) não é/possui pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
  - h.7) que não possui dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do quadro técnico que sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Município de São João das Missões-MG;



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

.....  
(data)

.....  
(representante legal)

**Observação:** A declaração em epigrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante ou com carimbo e estar assinada pelo representante legal da empresa.



# Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

## ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI, MICROEMPRESA - ME OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE -EPP

PROCESSO LICITATÓRIO N ° 028/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES E SUAS SECRETARIAS.

### DECLARAÇÃO

A Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob n.º \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_ **DECLARA** para todos os fins de direito, especificamente para participação na licitação sob modalidade **Pregão Eletrônico n.º 07/2026**, que estou(amos) sob o regime de Microempendedor Individual – MEI ou Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, para efeito do disposto na Lei Complementar.º123/2006.

Pôr ser a expressão da verdade firmo a presente declaração em uma via e para um só efeito.

Local/Data,.....de.....de .....

-----  
Assinatura do Declarante

MOBILIÁRIO